

**CARACTERIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS E DA PRODUÇÃO DE QUATRO
ASSENTAMENTOS DA REGIÃO DE ANDRADINA-SP**

**ANTONIO LÁZARO SANT ANA; JULIANA CHAVES BUOZO; FRANCINE
VERCESE; MARIA APARECIDA TARSITANO; SÍLVIA MARIA ALMEIDA LIMA
COSTA;**

UNESP

ILHA SOLTEIRA - SP - BRASIL

lazaro@agr.feis.unesp.br

APRESENTAÇÃO COM PRESENÇA DE DEBATEDOR

REFORMA AGRÁRIA E OUTRAS POLÍTICAS DE REDUÇÃO DA POBREZA

**Caracterização das famílias e da produção de quatro assentamentos
da região de Andradina-SP**

Grupo de Pesquisa: **Reforma Agrária e Outras Políticas de Redução da Pobreza**

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta os resultados preliminares da pesquisa “Conflitos e convergências: construção de projetos de vida, viabilidade econômica e políticas públicas (Análise das experiências de famílias e grupos dos assentamentos rurais da região de Andradina)” realizando estudo dos processos de produção e/ou de comercialização, contribuindo de forma importante para a realização dos projetos de vida dos participantes, seja por meio da elevação da renda e/ou da evolução de outras variáveis que na percepção das famílias (ou grupos) resultaram na melhoria de seu bem estar.

Os trabalhos sobre assentamentos rurais, que tratam da organização da produção e da comercialização, têm demonstrado que é enorme a variedade de experiências, mas mostram também que, na grande maioria dos casos, essas tendem a apresentar um quadro cíclico caracterizado por uma fase relativamente vigorosa, seguida de um período de estagnação ou de percalços, e por último uma fase de desestruturação.

Essas experiências podem estar ligadas ao âmbito específico de uma família, de um grupo de produtores ou de uma associação/cooperativa com grande número de membros; também podem estar vinculadas a uma política agrícola específica e/ou às intervenções de instituições de assistência técnica e extensão rural.

As causas da desestruturação podem ter sido desencadeadas por razões singulares ou serem expressão de um grande número de fatores combinados que dificilmente se repetiriam em uma outra situação, mas é provável a existência de algumas características comuns naquelas experiências que alcançam seus objetivos por um tempo relativamente longo ou que ainda continuam vivas. A identificação dessas características comuns, desde que

observadas as especificidades de cada contexto, podem contribuir para potencializar tanto as iniciativas dos produtores, como podem orientar as políticas públicas futuras.

O estudo dessas experiências em uma região como a de Andradina que possui vários assentamentos com características relativamente semelhantes poderá contribuir para melhorar as condições de vida das famílias assentadas e propiciar melhor utilização dos recursos públicos, em termos de investimentos e extensão rural.

O círculo vicioso das dificuldades e dos problemas dos assentamentos rurais muitas vezes é conhecido, mas ao se formular soluções de caráter exógeno, geram-se novas inadequações. Este estudo muda o enfoque ao buscar enfatizar as potencialidades a partir das experiências existentes, mesmo que sejam de pequeno porte. Para superar o âmbito específico de cada experiência, são analisados os aspectos organizacionais e metodológicos comuns às diversas experiências, especialmente as possíveis articulações entre as estratégias dos produtores/grupos, a assistência técnica/extensão rural e as políticas públicas.

2. A IMPORTÂNCIA DOS ASSENTAMENTOS RURAIS

No período de 1995 a 2002, de acordo com Incra (2005), 524.380 famílias foram assentadas, sendo que no primeiro mandato de Governo de Fernando Henrique Cardoso, entre 1995-98, a média anual de famílias assentadas foi de 59.503 e entre 1999 e 2002 a média subiu para 71.593 famílias/ano. Trata-se de uma quantidade expressiva quando se considera que nos trinta anos anteriores, desde a promulgação do Estatuto da Terra, apenas 218 mil famílias haviam sido assentadas¹. O Governo Lula que projetava até 2006 o assentamento de 500 mil famílias revisou esta meta para 400 mil (INCRA, 2005a) e de acordo com o Boletim da Reforma Agrária, divulgado no site oficial do órgão, assentou nos dois primeiros anos 117.555 famílias em 765 novos projetos de assentamentos (INCRA, 2005b).

Quando se avalia a demanda potencial, constata-se que há um grande contingente de produtores sem terra, mais de 3,3 milhões (arrendatários, parceiros e posseiros), segundo o Censo Agropecuário do IBGE de 1995/6. Seriam necessárias várias dezenas de anos para completar o processo de reforma agrária, mesmo considerando o ritmo mais intenso observado após 1995. Há ainda um agravante de que muitos produtores familiares continuam sendo expulsos do campo, sem ter perspectivas de obter condições adequadas de vida nas cidades.

Outro aspecto que deve ser destacado é o fato dos assentamentos serem resultados de mobilizações e lutas empreendidas pelos movimentos sociais, ou seja, não foram constituídos em função de uma política pública planejada. Leite et al. (2004), em pesquisa que abrangeu 92 projetos em várias regiões do país², constatou que 96% dos assentamentos implantados envolveu situações de conflito, e apenas 10% das desapropriações foram requeridas pelo Incra.

As iniciativas dos trabalhadores rurais e de seus movimentos expressam-se em diferentes formas de luta pela terra de acordo com a região estudada. Entre estas formas, destacam-se as ocupações de terra, cuja predominância absoluta ocorreu no Oeste de Santa Catarina (84%), e a "resistência na terra", forma secular de luta dos trabalhadores rurais, mais freqüente no Sertão do Ceará (40%) (LEITE et al., 2004).

A pesquisa realizada por Leite et al. (2004) também traz informações importantes que permitem completar o perfil aproximado da população assentada no Brasil

¹ Esta informação consta do documento do Incra (2003), "Balanço da reforma agrária – setembro de 2002", disponível em <http://www.incra.gov.br>, acesso em 03/06/2003.

² As regiões pesquisadas, denominadas *manchas*, por concentrarem grande número de assentamentos foram o entorno do DF - GO e MG; o sertão do Ceará; o sudeste do Pará; o oeste de Santa Catarina; sul da Bahia e zona canavieira do NE (AL, PB e PE), totalizando 39 municípios.

(os dados de campo da pesquisa, neste caso, são do ano agrícola 1998/99). A grande maioria das famílias, mais de 80%, já vivia na zona rural do mesmo município ou do município vizinho e 94% dos responsáveis pelos lotes já tinham tido experiência agrícola ao longo da vida. O tipo de experiência agrícola mais freqüente é o de assalariamento, totalizando 46% dos responsáveis por lotes; seguida pelo arrendamento/parceria que compunha a experiência de 34% dos titulares de lote. Os membros não remunerados da família (12%), proprietários (7%) e posseiros (4%) constituem-se em experiências agrícolas menos freqüentes no conjunto das áreas pesquisadas, embora possam ter destaque em algumas regiões.

De acordo com os dados da referida pesquisa o solo foi considerado de boa fertilidade por apenas 23% dos produtores pesquisados. Sobre as atividades produtivas a forma de organização que prevalece é a individual/familiar em 78% (O Censo dos Assentamentos encontrou um percentual semelhante: 86,6%). As condições de infra-estrutura mostram que há limitações para o desenvolvimento dos projetos: embora cerca de três quartos das famílias tenham sido atendidas pelos três créditos (fomento, alimentação e habitação) indispensáveis para dotá-las de um mínimo de condições iniciais para sua inserção social, econômica e produtiva, a liberação destes recursos demorou em média de 4 a 5 anos após a entrada das famílias na área (LEITE et al, 2004).

Artigo publicado por Heredia et al. (2002), sobre a mesma pesquisa coordenada por Sérgio Leite, mostra que embora o acesso a serviços nos assentamentos possa ter evoluído, há limitações sérias para o desenvolvimento dos projetos. Em 78% dos projetos (e não dos lotes) pesquisados há disponibilidade de energia elétrica, 86% possuem escolas (77% delas multi-seriadas); mas 46% dos lotes enfrentavam problemas com a água (falta ou baixa qualidade) e somente em 18% dos assentamentos todos os lotes são acessíveis o ano todo. Além disso, os atrasos na liberação do crédito de custeio e o baixo índice de assistência técnica regular, vinham comprometendo a produtividade das culturas.

Apesar destas deficiências, a produtividade obtida pelos assentados é semelhante à região em que está inserido cada projeto: 42% dos assentamentos alcançaram produtividade superior à média municipal (para um produto significativo para aquele assentamento); em 10% obtiveram produtividade igual; e em 48% apresentaram menor produtividade do que a média dos estabelecimentos do município (LEITE et al., 2004).

Em relação ao estado de São Paulo, o Itesp (Instituto de Terras do Estado de São Paulo) registra que até abril de 2005 haviam 10026 famílias assentadas em 165 projetos, acompanhados por este órgão público. O Itesp inclui os reassentamentos organizados pelas companhias hidrelétricas e outros implantados pelo governo do Estado, durante a gestão Montoro e recentemente aqueles implantados em áreas arrecadadas pelo governo do Estado no Pontal do Paranapanema³.

O Itesp realizava um levantamento anual da produção nos assentamentos denominado “Caderneta de Campo”, mas este deixou de ser feito e os resultados completos mais recentes para o Estado de São Paulo referem-se à safra 99/00. Dados publicados na página do Itesp mostram que em 59% da área dos assentamentos é desenvolvida a pecuária leiteira; 25% da área é ocupada com a produção de grãos e olerícolas e apenas 2% destina-se à fruticultura. No período entre 95/96 e 99/00 houve uma tendência de diversificação da produção e o aumento significativo da produção de leite e da cultura da mandioca, enquanto o milho, com algumas oscilações manteve-se como uma das principais culturas ao longo do período (ITESP, 2005).

³ Dados disponíveis na página oficial do Itesp: www.itesp.sp.gov.br, acesso em 24/10/2005. Outros assentamentos federais que estão sendo implantados na região (Terra é Vida, em Pereira Barreto; Estrela da Ilha e “Lagoão” em Ilha Solteira, dentre outros) não terão seus “projetos de desenvolvimento” acompanhados pelo Itesp ou ainda não há uma definição sobre esta questão.

Há vários estudos, como o da FAO/PNUD (1992); Ferrante e Bergamasco (1992); Leite et al. (2004) e Medeiros e Leite (2004) que destacam a melhoria da condição de vida das famílias após o assentamento, tanto do ponto de vista objetivo, como em termos de percepção da grande maioria dos assentados. O trabalho da FAO/PNUD (1992) conclui que renda média obtida por uma família assentada é superior ao obtido pelas famílias de trabalhadores rurais, embora haja uma diversidade muito acentuada de acordo com a região. Leite et al. (2004) mostra que 91% dos assentados apontaram melhoria na sua condição de vida depois da chegada no assentamento.

O desempenho dos assentamentos, no entanto, não pode fundar-se numa análise que se limita aos aspectos monetários e econômicos e nem mesmo ao exame de dados estatísticos sobre as condições de vida. Os assentamentos apresentam uma realidade complexa e dinâmica, em constantes mutações, onde diferentes projetos são construídos e expectativas geradas, estratégias familiares são redefinidas e uma série enorme de fatores ligados ao contexto regional, às políticas públicas, à organização interna, aos mediadores e aos recursos naturais; fatores estes que nem sempre são passíveis mensuração ou apresentam dificuldades de serem identificados adequadamente naquelas análises (BERGAMASCO e FERRANTE, 1998).

Bergamasco e Norder (1996) apontam como fatores que influenciam a diferenciação no processo de geração de rendas a existência ou não de apoio governamental ao aprimoramento técnico-econômico dos projetos, o acesso ao crédito; a qualidade do solo e o tamanho da área agricultável; a experiência e os prévios recursos financeiros e produtivos de cada família; o sistema local e regional de comercialização da produção; a distância e o acesso aos centros consumidores⁴.

Esta diferenciação não é sempre negativa e nem leva necessariamente à desintegração de um projeto. É preciso compreender que o objetivo de um assentamento não é criação de uma comunidade de iguais, pois o conflito é parte constitutiva das relações sociais (MEDEIROS e ESTERCI, 1994). O conflito pode se estabelecer com o Estado que tenta enquadrar o assentado em determinado padrão tecnológico e gerencial, por meio do crédito ou da assistência técnica (NEVES, 1997); ou entre os próprios assentados em função de diferentes projetos e expectativas; ou ainda entre os assentados e o capital, seja no nível da produção ou da inserção destes no mercado, na maioria dos casos oligopolizado.

Os assentamentos não estão isolados, sofrem os efeitos excludentes do capitalismo, mesmo quando se organizam em grupos (as crises cíclicas das cooperativas de assentados ilustram esse problema), mas os assentamentos não são meros espaços de passividade, em seu cotidiano os assentados constroem novas relações sociais, recriam antigos laços de solidariedade e lutam por seus direitos. Apesar das pressões internas e externas algumas experiências resistem ao tempo, em alguns casos sofrem metamorfoses, mas continuam a luta para a criação de alternativas próprias que sejam capazes não só de fornecer renda às famílias, mas responder também pela construção de determinados projetos de vida. Representam não apenas a busca de condições materiais adequadas de vida, mas também a realização de desejos e sonhos.

3. METODOLOGIA E TÉCNICAS DE PESQUISA

No presente estudo, adotamos como foco de investigação parte dos assentamentos que são acompanhados pelo Grupo de Trabalho de Campo (GTC) de

⁴ Outro texto que destaca a importância das políticas públicas é o elaborado por Medeiros e Esterici (1994). Já os fatores internos que geram diferenciação entre os assentados também foram analisados em Sant' Ana (1996).

Andradina do Itesp⁵. No total são 11 assentamentos e 938 famílias assentadas: Projeto de Assentamento (PA) Primavera (210 famílias); PA Timboré (176 famílias); PA Rio Paraná (92 famílias); PA Esmeralda (85 famílias); PA Orlando Molina (77 famílias); PA Aroeira (40 famílias); PA São José II (39 famílias); PA Belo Monte (74 famílias); PA Anhumas (63 famílias); PA São Joaquim (41 famílias) e PA Terra Livre (41 famílias).

Após discussão com técnicos do Itesp e do Incra da região e com base nos objetivos do trabalho, foram excluídos os dois últimos projetos, por serem de implantação mais recente, enquanto o Assentamento Primavera, o mais antigo, foi excluído por ter se descaracterizado parcialmente (apenas uma parte dos lotes originais é acompanhada pelo Itesp). Dentre os outros oito projetos restantes foram escolhidos quatro em diferentes municípios, de modo a investigar com maior profundidade o contexto de cada localidade. Além da questão municipal, buscou-se incluir assentamentos com diferentes números de famílias e atividades produtivas, embora estas apresentem uma forte semelhança na região.

Com base nestes critérios os assentamentos escolhidos para a realização da pesquisa foram: Timboré (Andradina/Castilho); Esmeralda (Pereira Barreto); Orlando Molina (Murutinga do Sul); São José II (Guaraçá).

Em seguida com base nos dados do Itesp, especialmente aqueles contidos na Caderneta de Campo e de informações colhidas juntos aos técnicos responsáveis pelo acompanhamento de cada assentamento pesquisado, foram levantadas as características gerais dos assentamentos.

Para o trabalho de campo adotou-se um questionário que foi aplicado a um total de 87 famílias dos quatro assentamentos. Buscou-se elaborar neste questionário levantar os dados básicos sobre a família, a infra-estrutura do lote, a produção, a tecnologia e os canais de comercialização utilizados pelos produtores, além de verificar o acesso ao crédito, à assistência técnica e outras formas de apoio recebidas. A fase posterior consistirá na realização de entrevista gravada para complementar e aprofundar as informações obtidas, visando compreender as estratégias dos produtores, as suas motivações e as dificuldades que encontram.

Após análise das informações disponíveis sobre os assentamentos da região concluiu-se que a aplicação do questionário junto a uma faixa de 20 a 30% do total de famílias de cada assentamento escolhido seria suficiente para contemplar a diversidade existente. Para os assentamentos com mais de 100 famílias pesquisou-se 20% do total (35 famílias no Timboré); para assentamentos com mais de 50 e até 100 famílias pesquisou-se 25% do total (21 famílias no Esmeralda e 19 no Orlando Molina); e para assentamentos com até 50 famílias pesquisou-se 30% do total (12 no São José II), totalizando 87 famílias, conforme mencionado.

Para a definição das famílias que seriam pesquisadas nesta primeira fase (aplicação dos questionários) solicitou-se ao técnico do Itesp responsável pela assistência técnica em cada um dos assentamentos a elaboração de uma lista dos assentados que vinham desenvolvendo alguma atividade produtiva; residindo a pelo menos três anos na área e que não apresentassem irregularidade grave junto ao Incra (como ter abandonado o lote ou estar arrendando a área para pessoas externas ao projeto de assentamento). Sempre que possível o técnico acrescentava alguma informação sobre o motivo de escolha da família (“produz bastante leite”; “produção diversificada”; “agrega valor ao produto”; “produz olerícolas”, etc.). Para a definição dos produtores, além das informações do Itesp, também manteve-se contato com representantes sindicais e de movimentos sociais (como MST) da região, para confirmar dados e apreender outros aspectos relevantes não contidos no material do Itesp e nas indicações de seus técnicos.

⁵ O GTC de Andradina, juntamente com o GTC de Promissão, faz parte da Coordenação Regional VI – Noroeste, cuja sede também é em Andradina.

A partir destas listas (maiores do que o número de famílias que deveriam responder o questionário) procedeu-se a pesquisa em cada um dos assentamentos procurando contemplar as diferentes atividades existentes e, atendido este critério, a escolha foi de forma aleatória.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1. Histórico e características gerais dos assentamentos pesquisados

4.1.1. Assentamento Orlando Molina

A caracterização do Assentamento Orlando Molina baseou-se em um documento da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp), denominado Diagnóstico do Projeto de Assentamento Orlando Molina 2003/2004, elaborado em 2004 e parcialmente atualizado em 2005.

O assentamento Orlando Molina está localizado a oito quilômetros do município de Murutinga do Sul (SP), na região de Andradina, a 630 Km da capital. Possui 1.511,9 hectares, sendo 67 lotes convencionais, com áreas que variam de 14 a 17ha, e 10 lotes do tipo para-rural, que apresentam áreas menores (2,7 a 4,0ha), totalizando 77 famílias assentadas na área.

A origem do assentamento remonta ao ano de 1995, quando um grande contingente de famílias (em torno de 700) liderado pelo Movimento de Trabalhadores Sem Terras (MST) da região de Andradina e motivado pelas dificuldades resultantes do desemprego e da falta de moradia ocupa a Fazenda Anhumas em Castilho. Como o processo de desapropriação daquela fazenda foi demorado e havia muitos problemas de gerenciamento de um acampamento tão populoso, três coordenadores resolvem formar seu próprio movimento e optam por migrar com um grupo com 52 famílias para uma outra área. Reivindicavam a vistoria da Fazenda São Lourenço, atualmente denominada Orlando Molina. Este grupo contou com o apoio de prefeituras dos municípios de Murutinga do Sul, Nova Independência, Castilho e Andradina. Após a vistoria a Fazenda São Lourenço foi considerada improdutiva, procedendo-se, desta forma, à desapropriação e imissão de posse para a União, cerca de um ano e meio depois do início do acampamento nesta Fazenda.

4.1.2. Assentamento Timboré

A origem do Assentamento Timboré remonta ao ano de 1986, quando a fazenda Timboré foi julgada improdutiva mediante as vistorias de fiscalização realizadas pelo Incra em imóveis da região de Andradina.

A criação do primeiro grupo de trabalhadores que ocuparia a Fazenda Timboré foi planejada durante o ano de 1988, como apoio de diversas entidades e movimentos sociais da região, reunindo um grupo da região de Campinas (Sumaré), composto por 103 famílias, e outro de Andradina, com um grupo de 27 famílias.

Após várias tentativas de ocupação, em março de 1989, o grupo Liberdade, denominação que receberam as 130 famílias, acamparam nas imediações da fazenda, onde permaneceram durante cinco meses. Em 19 de Agosto de 1989, conseguiram finalmente ocupar a Fazenda, apesar de ter ocorrido um conflito que deixou um dos integrantes do grupo ferido. Em seguida o Incra seqüestra 500 ha na parte de baixo do local da ocupação, onde os acampados passaram a produzir.

Ao mesmo tempo, o STR de Andradina organizava um outro grupo para ocupação com trabalhadores da região e da Alta Paulista. Este grupo de Andradina, chamado Chico Mendes, composto por 220 famílias, em 10 de abril de 1991, ocupa a parte de cima da Fazenda Timboré. Não houve conflitos. Decorridos três meses, em conjunto com o grupo Liberdade, ocupam toda a área da fazenda.

Somente em 1995 a área sofre parcelamento definitivo, realizado pelo Itesp, após emissão na posse pelo Incra, 176 lotes são formados (em média de 14,0ha cada um), abrangendo os municípios de Andradina (SP) e Castilho (SP). A liberação dos primeiros créditos aos assentados tem início em 1996.

4.1.3. Assentamento Esmeralda

De acordo com os dados do trabalho de Franco (2004), o Assentamento Esmeralda teve sua implantação em duas fases: em novembro de 1987 foram selecionadas 53 famílias de Pereira Barreto e 9 famílias de Andradina; na etapa seguinte foram assentadas mais 23 famílias (18 de Andradina e 5 de Pereira Barreto), totalizando 85 famílias. A demarcação do projeto ocorreu no final de 1989 e o sorteio dos lotes em abril de 1990.

A área dos lotes tem uma variação acentuada para os padrões da região, situando-se entre 14,5ha e 31,3ha (área média de 17,6ha).

As características dos produtores e do assentamento que serão apresentadas a seguir também estão baseadas em Franco (2004) que pesquisou 73 dos 85 produtores do Esmeralda.

As pastagens ocupam quase dois terços da área agricultável, além de 12,7% estar plantada com forrageiras. As culturas anuais somam 8,3% da área, sendo que na época da pesquisa (2004) predominava o algodão (65% da área com culturas anuais), seguido do milho e feijão. As culturas perenes, assim como em outros assentamentos são pouco expressivas, ocupando 4,3% da área. (FRANCO, 2004).

Os produtores pesquisados por Franco (2004) produziam mais de 2430 litros por dia, mas representavam em média somente 35 litros por produtor. A maior parte da produção, cerca de 80% do volume produzido, era entregue à COAPAR.

4.1.4. Assentamento São José II

As famílias originalmente assentadas no São José II, no município de Guaraçaí, não participaram diretamente da luta pela terra, embora o processo de desapropriação da fazenda tenha sofrido influência da pressão dos movimentos sociais da região.

Inicialmente, em agosto de 1987, foi desapropriada a área que veio a se constituir o Assentamento Aroeira, localizado em uma área contígua e quatro meses depois foi desapropriada a área referente ao Assentamento São José II. Tratava-se, na verdade de uma única fazenda que após divisão para os herdeiros, cada uma das áreas coube a um dos filhos do proprietário. Somente depois da imissão de posse para o Incra é que iniciou-se a seleção das famílias no município de Guaraçaí.

O Assentamento São José II foi constituído em uma área de 877,6ha, dividida em 39 lotes (O Aroeira possui 40 lotes). A separação entre os dois assentamentos é apenas do ponto de vista legal, pois até mesmo a Cooperativa Agropecuária de Guaraçaí é constituída por assentados dos dois projetos e o Itesp designa o mesmo técnico para atender ambos os assentamentos. A área média dos lotes é de 15ha, com pequena variação entre os lotes (extremos de 14 a 17ha).

A principal atividade, como nos demais assentamentos da região, é a pecuária leiteira, sendo que este é o projeto que apresentou melhor desempenho nesta atividade (dentre os produtores pesquisados).

4.2. Características das famílias pesquisadas dos Assentamentos Esmeralda, Orlando Molina, São José II e Timboré.

A caracterização das famílias pesquisadas nos quatro assentamentos será realizada a partir de algumas variáveis como a faixa etária, número de filhos que moram no lote, escolaridade, tipo de trabalho exercido anteriormente à entrada no assentamento e cidade

de origem. Os dados em relação ao Assentamento São José II devem ser interpretados com cautela, pois embora tenham sido pesquisados 30% do total de famílias, o número absoluto é relativamente pequeno (12 produtores).

Em relação à faixa etária observa-se, na Figura 1, que de modo geral a idade do titular do lote é avançada, mas enquanto no Timboré somente 34,3% possuem mais de 50 anos, no Esmeralda estes são 80,1%. No São José II e Esmeralda a maior frequência de pesquisados encontra-se na faixa entre 51 e 60 anos, com a agravante de que neste último o segundo maior percentual de produtores possui entre 61 e 70 anos, enquanto no São José parece estar vindo uma nova geração que encontra-se nas faixas de 31 a 40 anos. Já os assentamentos Orlando Molina e Timboré apresentam maior frequência de titulares de lote na faixa de 40 a 50 anos (47,4% e 40%, respectivamente).

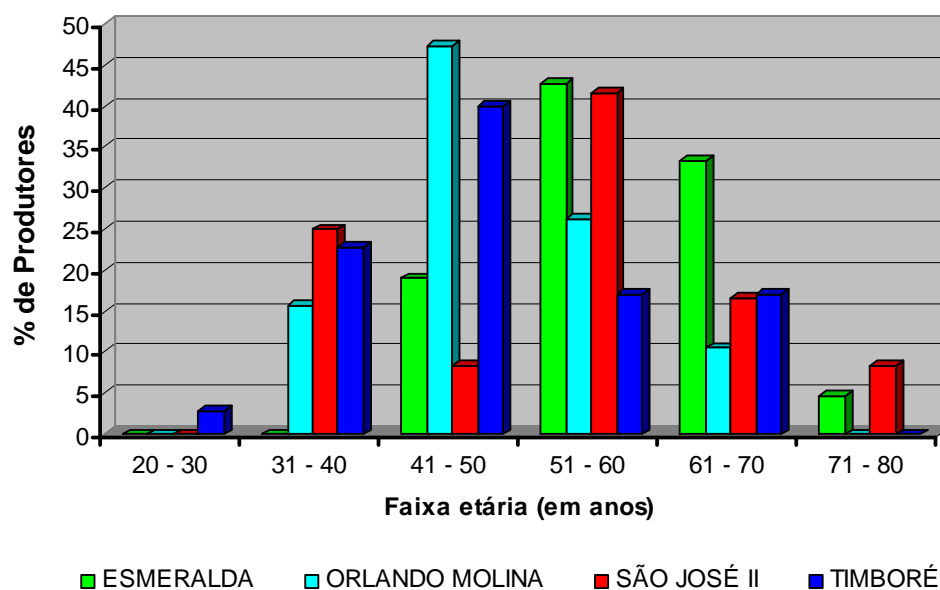


Figura 1: Faixa etária do titular dos lotes pesquisados dos Assentamentos Esmeralda, Orlando Molina, São José II e Timboré.
Fonte: Dados da pesquisa, 2005.

No que diz respeito ao número de filhos, em todos os assentamentos mais de 85% das famílias pesquisadas tem no máximo dois filhos morando no lote, sendo que um percentual significativo, que varia de 20% no Timboré a 50% no São José II, não têm nenhum filho morando com a família.

Este quadro combinado de idade relativamente avançada dos assentados e poucos filhos morando com a família, traz algumas limitações em termos do tipo de atividade que são desenvolvidas e do grau de diversificação adotado no lote. Há uma espécie de círculo vicioso em que insuficiência de renda leva os jovens a buscar alternativas de trabalho fora do assentamento e esta mesma saída dos jovens limita ainda mais as atividades produtivas do estabelecimento.

A escolaridade dos titulares de lote em geral é baixa, mas há assentamentos, como o Esmeralda, em que a situação é mais crítica, pois mais de 90% dos produtores estudaram no máximo até a quarta série do ensino fundamental. No São José II, embora não tenha analfabetos dentre os produtores pesquisados, 83,3% estudaram também no máximo até o final do primeiro ciclo do ensino fundamental. Já o maior percentual de analfabetos encontra-se no Orlando Molina (15,8%), sendo que neste Assentamento se formou uma classe

noturna de educação de adultos com uma professora da comunidade (Figura 2). Observa-se que os assentamentos com produtores que apresentam menor grau de escolaridade, também são aqueles que os titulares de lote possuem idade mais avançada.

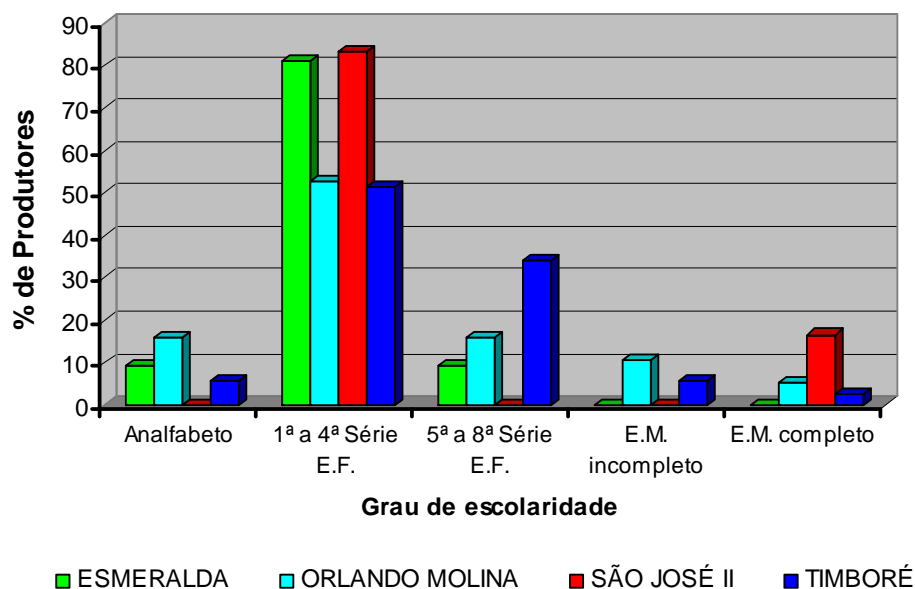


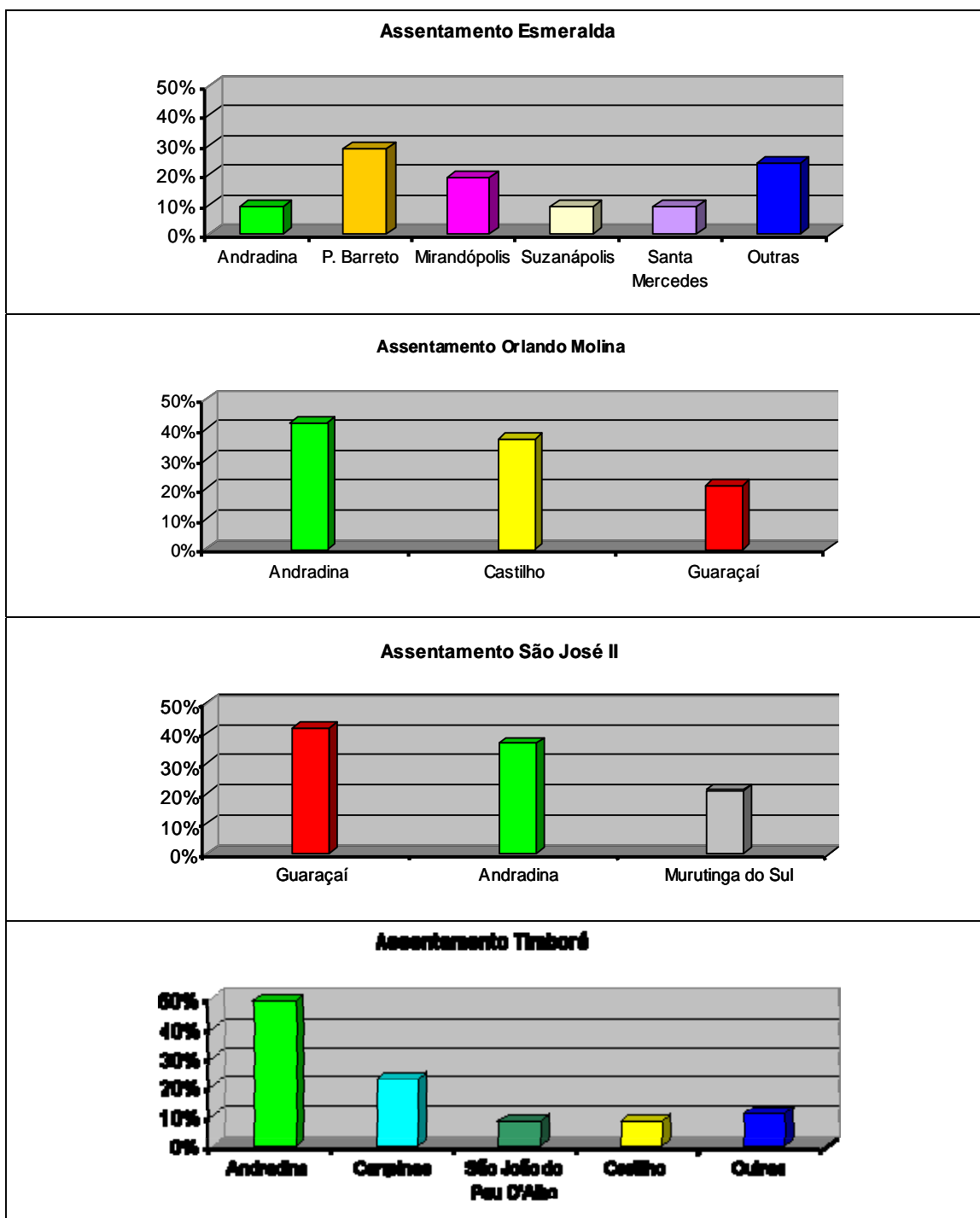
Figura 2: Grau de escolaridade dos titulares de lote pesquisados dos assentamentos Esmeralda, Orlando Molina, São José II e Timboré.
Fonte: Dados da pesquisa, 2005.

Uma análise a partir do gênero mostra que as mulheres possuem um grau de escolaridade um pouco maior do que os homens: enquanto quase 42% das mulheres declararam ter estudado além da 4ª série do ensino fundamental; entre os homens somente 26,3% fez o mesmo. No entanto, esta diferença é relativamente tênue.

Quando se analisa a escolaridade dos filhos(as) e de noras/genros que moram no lote, o quadro se modifica bastante. De um total de 91 pessoas adultas nesta condição nos quatro assentamentos, 81% no mínimo concluíram o ensino médio. Mesmo no Esmeralda que apresenta o pior desempenho, 69% dos filhos(as) e genros/noras no mínimo completaram o ensino médio, enquanto no Timboré estes são 92% do total. O acesso ao ensino superior ainda é mais restrito (a dificuldade é maior com a manutenção da moradia no lote), sendo que somente 7 pessoas (7,7%) cursaram ou estão cursando uma faculdade (curiosamente 5 delas são do Esmeralda).

Em relação à procedência das famílias no período imediatamente anterior à entrada na terra ou na luta (acampamento), há uma predominância das cidades da região de Andradina, com destaque para a própria cidade sede da região (Quadro 1). Este fato confirma que a constituição destes assentamentos foi fruto, na maior parte dos casos, da luta dos movimentos sociais da região, particularmente o MST, mas que agora também incorpora outros movimentos sociais.

Quadro 1: Percentual de produtores por cidade de moradia antes de ser assentado (ou de ir para um acampamento) dentre os pesquisados dos assentamentos Esmeralda, Orlando Molina, São José II e Timboré.



Fonte: Dados da pesquisa, 2005

O Assentamento Esmeralda apresenta a maior diversidade de origem das famílias, embora quase todas sejam da região de Andradina. Não há predominância de uma cidade, mas Pereira Barreto e Mirandópolis foi a procedência de quase a metade das famílias pesquisadas (Quadro 1).

Todas as famílias pesquisadas do Assentamento Orlando Molina são da região de Andradina, mais especificamente de três municípios, a sede da região (42%), Castilho (37%) e Guaraçaí (21%), mas curiosamente nenhuma família é de Murutinga do Sul, município em que se localiza o Assentamento (Quadro 1).

O número expressivo de famílias de Castilho, que situa-se um pouco mais distante, deve-se ao fato de que o acampamento inicial foi realizado naquele município.

O Assentamento S. José II não envolveu um processo de luta pela terra, como os demais assentamentos, mas a maior parte das famílias entrevistadas não estava desde o início na área, tendo adquirido e, na maior parte dos casos, depois regularizado sua permanência no assentamento junto ao Incra. Assim como no Orlando Molina, todas as famílias são da região e curiosamente distribuídas em três cidades com o mesmo percentual, só mudando uma das cidades e a ordem das mesmas: Guaraçaí 42% das famílias; Andradina 37% e Murutinga do Sul 21%.

Já o Assentamento Timboré apresenta uma característica diferencial, na medida em que um número significativo de famílias (22,9%) é proveniente de uma articulação de famílias de Campinas e região (Setor denominado Liberdade). Ainda assim há predominância de assentados da região, o que se expressa no maior percentual de famílias de Andradina (48,6%).

Quando se analisa o tipo de trabalho exercido pelos titulares de lote pesquisados antes de entrarem na terra, verifica-se que em todos os assentamentos a grande maioria (variou de 77,4% no Timboré a 91,7% no São José II) teve algum tipo de experiência de trabalho agrícola. Mas no Timboré mais da metade dos produtores também exerceram atividades não-agrícolas (o produtor podia apontar mais de um tipo de experiência anterior), sendo que estas quase sempre foram as mais recentes e exercidas por longos períodos antes da entrada na luta pela terra (basicamente o grupo de Campinas).

As ocupações não-agrícolas declaradas pelos produtores pesquisados, de modo geral, são de baixa qualificação técnica e remuneração (servente de pedreiro; pedreiro; cobrador de ônibus; motorista; zelador; serviço doméstico, dentre outras), mas há casos de metalúrgicos, proprietários de comércio e de oficina de máquinas agrícolas.

O detalhamento do tipo de experiência agrícola dos produtores pesquisados antes de entrar na luta pela terra pode ser visto na Figura 3. Observa-se que os assentamentos, além dos aspectos produtivos, têm cumprido uma importante função de inclusão social. Em três assentamentos há um número expressivo de ex-bóias-frias, sendo que no Orlando Molina estes são quase a metade dos produtores pesquisados, e em quase todos os casos esta foi a última função exercida antes de ir para o acampamento. Além disso, a ocupação que a seguir é mais citada também em três assentamentos é a de trabalhador rural em fazendas (serviços gerais), uma função equivalente, embora nesse caso trata-se de um emprego fixo. As demais condições dos produtores (arrendatário, parceiro, membro não remunerado da família, proprietário/conta própria; administrador de fazenda) foram pouco significativas para o universo de produtores pesquisados, com exceção do Assentamento São José II em que apareceu com o mesmo percentual do empregado rural a categoria de parceiro (mas o número total de produtores pesquisados neste assentamento é pouco significativo em relação ao total pesquisado, como já salientado). No Orlando Molina aparece alguns casos de membros não-remunerados da família, no caso filhos de produtores de assentamentos mais antigos da região.

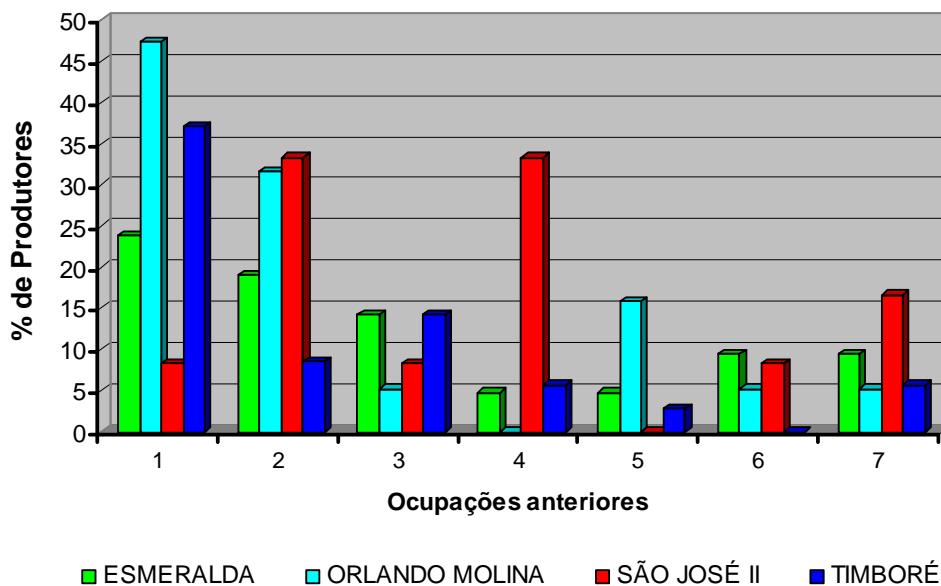


Figura 4: Condição dos produtores pesquisados, em relação às ocupações agrícolas anteriores, dos assentamentos Esmeralda, Orlando Molina, São José II e Timboré.
Fonte: Dados da pesquisa, 2005.

4.3. Características da produção das famílias pesquisadas dos assentamentos Esmeralda, Orlando Molina, São José II e Timboré.

4.3.1. Produção Animal

A pecuária leiteira é a principal atividade produtiva de todos os assentamentos da região. Dentre os produtores pesquisados apenas dois não possuem bovinos e outros três não possuem gado leiteiro (quatro deste total são Timboré e um do Esmeralda).

A granelização do leite que em princípio foi apontada como um fator de exclusão do pequeno produtor, nos assentamentos rurais da região levou a criação de vários grupos informais e depois associações ou cooperativas em torno de tanques de expansão (que mantém resfriado o leite). Embora tenha sua origem em uma estratégia da agroindústria ao mesmo tempo em que exigia o resfriamento do leite, oferecia financiamento para aquisição dos tanques de expansão; os assentados ao atuarem de forma organizada conseguiram se beneficiar dos prêmios dados pelo volume de produção (já que cada cooperativa/associação era considerada um único fornecedor)⁶.

O tamanho do plantel de bovinos variou significativamente, porém em todos os assentamentos pesquisados um maior número de produtores declarou possuir entre 21 e 40 cabeças de animais. No Timboré 76,5% (dos 34 produtores que possuem bovinos) e no Orlando Molina 77,1% dos produtores pesquisados possui até 40 cabeças; enquanto no outro extremo, no São José II, não há nenhum produtor na faixa até 20 cabeças e 58,3% possui mais de 40 cabeças de gado (Figura 5).

⁶ O início deste processo no Assentamento Timboré pode ser visto em Simões (2001) e Sant'Ana et al. (2003).

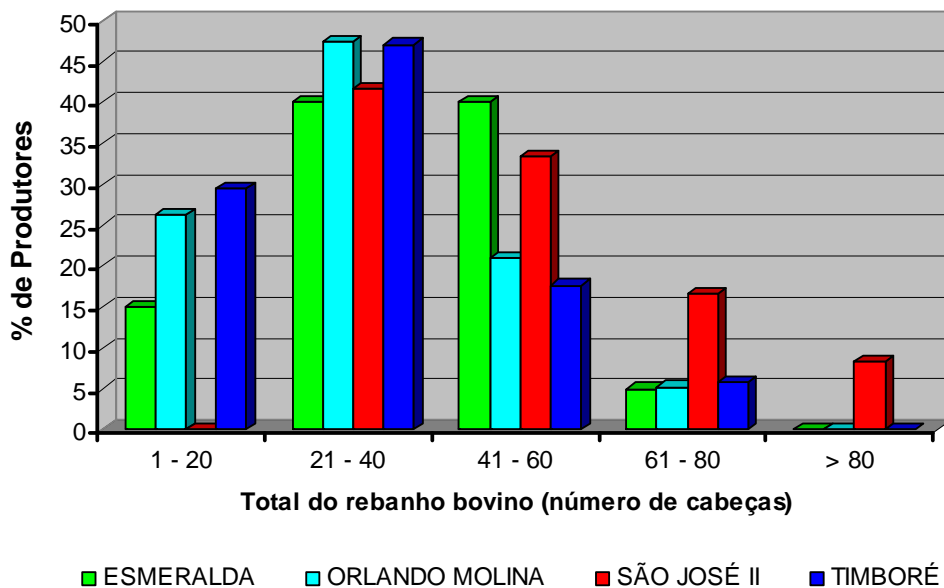


Figura 5: Distribuição percentual dos produtores pesquisados, de acordo com número de cabeças do rebanho bovino, dos assentamentos Esmeralda, Orlando Molina, São José II e Timboré.
Fonte: Dados da pesquisa, 2005.

Vários produtores mencionaram com satisfação o fato de terem ampliado seu rebanho em relação aquele adquirido com recursos do Inca (na época do Procerá ou, mais recentemente, do Pronaf Investimento), pois ter um número de animais disponíveis para venda também funciona como uma “poupança” para os produtores e lhes dão maior segurança para investir ou tomar empréstimos.

Na época da pesquisa (julho-outubro/2005), que correspondeu ao período de seca, a quantidade de leite diária produzida variou bastante, mas três assentamentos apresentaram um padrão semelhante (Esmeralda, Orlando Molina e Timboré): em torno da metade dos produtores pesquisados produzem até 40 litros/dia. Nos dois primeiros a maior frequência de produtores encontra-se na faixa de 21 a 40 litros/dia, enquanto no Timboré há mais produtores na faixa até 20 litros/dia. Assim como no caso do rebanho total, a produção diária dos produtores pesquisados do São José II é diferenciada, pois cinco (41,7%)⁷ dos doze produtores pesquisados tem uma produção superior a 100 litros/dia (Figura 6). Nos demais assentamentos os produtores com mais de 100 litros/dia são casos isolados. No Orlando Molina, por exemplo, é o atual presidente da Cooperativa de produtores existente no Assentamento que apresenta produção bastante diferenciada, de 180 litros/dia (o que vem em segundo lugar, neste assentamento, produz a metade disso).

⁷ O maior produtor que apresenta produção diária de 300 litros e produtividade 13,6 litros/vaca por dia, na verdade é uma associação do pai e dois filhos (um deles do Assentamento Aroeira, contíguo ao São José II) que trabalham em conjunto.

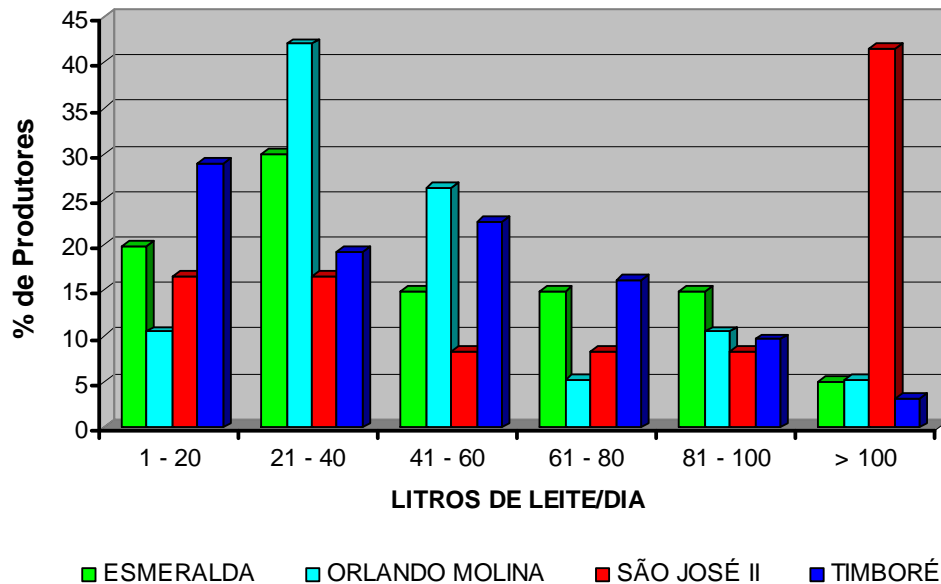


Figura 6: Distribuição percentual dos produtores de leite pesquisados, em relação à quantidade de leite produzida por dia na época da pesquisa (julho-outubro/2005), dos assentamentos Esmeralda, Orlando Molina, São José II e Timboré.

Fonte: Dados da pesquisa, 2005.

Durante a pesquisa de campo observou-se que vários produtores têm iniciado um processo de melhoria de sistema de produção, especialmente em relação à alimentação do gado, com a formação de pequenos piquetes para pastejo rotacionado das matrizes, com cerca elétrica; plantio de forrageiras mais adequadas, como os capins Tanzânia e Mombassa; e a consorciação de guandu e brachiária. No São José II metade dos produtores entrevistados (seis) possuem ordenhadeira mecânica e no Esmeralda há três produtores que adquiriram este equipamento. Apesar desta evolução técnica, o cuidado com a alimentação do gado na seca ainda não é generalizado. A formação de capineira de cana e/ou napier é realizada por apenas 58,5% dos produtores de leite, sendo que 23% possuíam tanto a cana como o napier. Estas forrageiras são cortadas, trituradas e o gado é tratado no cocho, sendo que vários produtores ainda complementam a nutrição dos animais com rações concentradas.

Aqueles que não possuem capineira também complementam a alimentação do gado na seca com outros volumosos como o “briquete” (casca de algodão), silagem (eventualmente) e concentrados. Mas sem volumoso produzido na propriedade o custo de produção aumenta de forma significativa e os produtores acabam fornecendo alimentação insuficiente para o gado.

A Tabela 1 traz a quantidade média de leite produzida pelos produtores de cada assentamento pesquisado e o total geral. A média geral dos produtores de leite pesquisados é de 69 litros diários ao longo do ano, sendo que a média do São José II é de 107 litros e nos demais é muito semelhante (entre 61 e 64 litros por produtor/dia). No entanto, em função das deficiências ainda existentes na alimentação do rebanho no período da seca, a produção tem um grau acentuado de sazonalidade quando se considera o conjunto dos produtores de leite pesquisados: dos mais de 4 milhões e 123 mil litros de leite produzidos por ano (11.296 litros por dia), somente 39,1% é produzido no período seco (abril/maio a setembro/outubro). Há diferenças entre os assentamentos, enquanto no São José II a produção é semelhante nos dois

períodos do ano (47,2% na seca), no Timboré e Orlando Molina as diferenças são marcantes, apenas 35,4% e 36,4%, respectivamente, da produção anual é conseguida no período seco.

A produtividade diária de 6,0 litros por vaca (média de todos os produtores de leite pesquisados), se comparada com a média estadual para o ano 2000/01 pode ser considerada boa, pois segundo Amaral et al. (2002) a produtividade média estadual foi de 1158,6 litros/vaca ou 4,82 litros por vaca dia; mas deve-se considerar que esta média estadual é baixa e evoluiu nos últimos anos.

Tabela 1: Características da produção de leite dos produtores pesquisados nos assentamentos Esmeralda, Orlando Molina, São José II e Timboré.

	Esmeralda	São José II	Orlando Molina	Timboré	Total
Número de produtores de leite	20	12	19	31	82
Produção diária nas águas (em litros)	1508	1353	1468	2549	6878
Produção diária nas águas (em % do total anual)	60,9	52,8	63,6	64,6	60,9
Produção diária na seca (em litros)	968	1211	840	1399	4418
Produção diária na seca (em % do total anual)	39,1	47,2	36,4	35,4	39,1
Produção total (em litros)	2476	2564	2308	3948	11.296
Número de litros por produtor (média anual)	62	107	61	64	69
Produtividade diária média (litros por vaca)	5,7	8,2	6,2	4,8	6,0

Fonte: Dados da pesquisa, 2005.

A produtividade também expressa as diferenças já apresentadas entre os assentamentos em relação a outros parâmetros técnicos referente à pecuária leiteira. No Esmeralda a média é de 5,7 litros por vaca/dia, próxima a média geral (6,0), mas somente 15% produzem acima desta média geral. Os produtores do Timboré apresentam a menor média de produtividade dos assentamentos pesquisados, 4,8 litros/vaca/dia, e assim como no Esmeralda nenhum produtor apresenta média superior a 10 litros por vaca/dia. No São José II a média é de 8,2 litros por vaca/dia, mas apresenta acentuada desigualdade dentre os produtores, metade dos produtores tem produtividade até no máximo a média geral (6,0 litros/vaca/dia) e a outra metade produz mais de 8 litros por vaca/dia, sendo que a melhor média de produtividade é de um produtor deste Assentamento, com 17,5 litros por vaca/dia. O Orlando Molina apresenta parâmetros semelhantes à média geral (Tabela 1 e Figura 7).

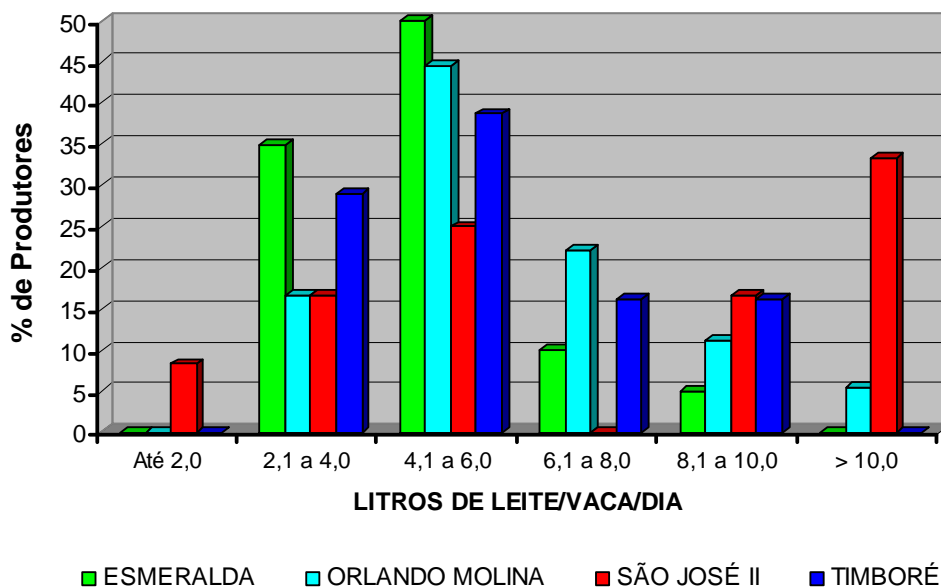


Figura 7: Distribuição percentual dos produtores de leite pesquisados, em função da produtividade do rebanho em litros de leite/vaca/dia, na época da pesquisa (julho-outubro/2005), dos assentamentos Esmeralda, Orlando Molina, São José II e Timboré.

Fonte: Dados da Pesquisa, 2005.

Os produtores comercializam a produção de leite por meio de cooperativas e associações organizadas em cada assentamento, existindo ainda a COAPAR de âmbito regional (ligada ao MST) e Cooperativa Agropecuária de Guaraçai, criada no ano 2000 e que abrange os Assentamentos São José II e Aroeira (com 30 cooperados). No Orlando Molina há a Cooperativa dos Produtores de Leite de Murutinga (COPLAM), formada em 2001, e que possui um total de 34 cooperados. Estas duas cooperativas repassam o leite para outra cooperativa da cidade de Tupi Paulista (CRAQUI Tupi) e há também a atuação direta das agroindústrias que colocam tanques de expansão próprios e recolhem o leite (Laticínio Tânia). No Timboré, além da COAPAR, atuam duas organizações locais: a Associação 19 de Agosto com 66 cooperados e a COATAC com 50 sócios. No Esmeralda os grupos existentes em torno de tanques de expansão são informais e entregam leite para a COAPAR e para o Laticínio Tânia. Há duas associações, mas estas não atuam no recebimento de leite (e nem outras atividades, só mantendo existência formal).

4.3.2. Produção Vegetal

Dentre as culturas anuais destaca-se o milho, semeado por 45 produtores em uma área de 125,9ha, distribuída de maneira relativamente uniforme pelos quatro assentamentos (considerando a proporção de produtores entrevistados em cada local), seguido do algodão cultivado por 17 produtores em 95,3ha, sendo que não foi semeado no São José II. Na safra (2004/05), no entanto, todos os produtores que semearam algodão tiveram prejuízos (vários que fizeram empréstimos estão com dívidas), devido a queda de preços (quase a metade do valor nominal da safra anterior) e problemas de estiagem, reduzindo a produtividade de algumas lavouras.

O milho é utilizado pelos produtores basicamente para o consumo da propriedade, seja para a produção de silagem, para tratamento no cocho (*rolão*) ou em grãos para porcos e galinhas. O resto da cultura é utilizado para o pastejo dos animais e é comum a reforma do pasto ser associada ao plantio do milho junto com a semente do capim.

A mandioca também presente em todos os assentamentos é cultivada basicamente para autoconsumo no Timboré e Esmeralda (pequenas áreas), enquanto no Orlando Molina e em alguns casos do São José II é destinada também à venda. Alguns produtores utilizam esta cultura para complementar a alimentação de porcos e bovinos. Esta cultura tem se mostrado uma opção mais segura e, na maioria dos casos, é vendida diretamente para o comércio varejista (comerciantes buscam no assentamento). No total 38 produtores mencionaram cultivar a mandioca em 36,5ha, mas possivelmente este número seja maior, pois plantios no quintal só para consumo da família às vezes não são mencionados.

O feijão foi semeado por 17 produtores distribuídos pelos quatro assentamentos. No Timboré alguns produtores cultivam o feijão adzuki (utilizado na culinária japonesa) e o feijão *catador* (vendido em vagens) que são comercializadas diretamente na Ceagesp, em São Paulo. A abóbora é plantada visando a comercialização por 9 produtores dentre os pesquisados, em três assentamentos, ocupando uma área de 9,7ha. O abacaxi, plantado por seis produtores (9,2ha) nos assentamentos Orlando Molina e São José II, tem maior custo de produção e também apresenta maiores riscos para o produtor em termos de produtividade e de preços.

No Timboré há ainda um grupo informal de produtores que semeiam a cultura do quiabo há alguns anos, tendo se articulado para conseguir um caminhão para transportar o produto, vendido direto à Ceagesp por meio de consignação. No ano de 2003, de acordo com Sant'Ana (2004), eram 20 produtores que semearam 27ha da cultura. Este grupo vinha se reunindo periodicamente para discutir questões relativas à cultura e a outras atividades que o grupo poderia desenvolver. A cultura do quiabo só aparece no Timboré, mas dentre os pesquisados 12 produtores possuem uma área plantada de 11,4ha, sendo uma importante renda para estes assentados.

As culturas perenes são pouco significativas dentre os produtores pesquisados (e também para o conjunto dos assentamentos). Só tem alguma expressão o café, plantado em 11 lotes (4 do Timboré e outros 4 no São José II), perfazendo um total de 15.600 pés; e a manga também plantada em 11 lotes em pequenas áreas (no total são 2380 pés).

A seringueira (3800 pés), o urucum e o sorgo vassoura (4,4ha) plantados em dois lotes cada um; a goiaba (100 pés), o mamão (400 pés), a mamona (2,4ha), a pinha (160 pés), a poncã (150 pés), a pupunha (2000 pés) em um lote cada são experiências isoladas, mas que merecem ser investigadas com maior detalhe, o que será o objetivo da segunda fase de campo desta pesquisa.

A área de brachiária de 739,8ha mostra a magnitude que a pecuária (de leite) ganhou nos assentamentos da região. Quando esta área é somada a outras pastagens e forrageiras quase atinge mil hectares, enquanto soma da área das principais culturas (mesmo considerando que parte destas não consta da Tabela 2) fica em torno de 300ha.

Além da provisão de áreas suficientes e manejo adequado de capineiras, a diversificação do tipo de pastagem é um aspecto importante para melhorar a produtividade do rebanho, seja utilizando espécies melhoradas da *Brachiaria sp.* ou por meio da introdução de outros capins como o Tanzânia (18 lotes e 68,2ha) e o Mombassa (4 lotes e 19,8ha).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta caracterização das famílias pesquisadas dos Assentamentos Esmeralda, Orlando Molina, São José II e Timboré embora preliminar, mostrou que para a grande maioria

dos produtores pesquisados o acesso à terra significou uma melhoria importante nas suas condições de vida, já estes vinham exercendo trabalhos de baixa remuneração e/ou precários como o de assalariado temporário (bóia-fria).

A principal atividade desenvolvida nos assentamentos da região é a pecuária leiteira. A produtividade média alcançada pelos assentados é baixa (ainda que um pouco superior à média estadual), mas os produtores têm procurado melhorar sua eficiência produtiva, especialmente a partir de investimentos na melhoria da alimentação do rebanho na seca e do pastejo rotacionado mais intensivo (técnica divulgada pela Embrapa e amplamente divulgada pelos órgãos de extensão da região). Outro aspecto importante é comercialização por meio de uma Cooperativa organizada pelos produtores que permite ter volume de produção capaz de garantir uma melhor remuneração em relação a entrega individual, o que tem levado laticínios concorrentes instalarem tanques de expansão nos assentamentos onde existem cooperativas de produtores específicas ou a COAPAR.

A forte dependência de uma só atividade para os agricultores familiares não é desejável, por outro lado, algumas tentativas de diversificação da produção têm se mostrado problemáticas, como os casos do algodão e do abacaxi que oferecem riscos consideráveis devido à oscilação de preços e custos de produção mais elevados. Outras opções ainda são muito incipientes e apresentam mecanismos de mercado frágeis (como a olericultura diversificada, o quiabo, a abóbora, a mandioca e outras frutas), mas merecem ser melhor estudados.

6. REFERÊNCIAS

- AMARAL, A.M.P; BORTOLETTO, E.E; PEETZ, ROCHA, M.B; MARTINS, S.S. Estimativa da Produção Animal no Estado de São Paulo para o ano de 2001. *Informações Econômicas*, v.32, n.4, abr.2002, p.101-110.
- BERGAMASCO, S. M. P. P., NORDER, L. A. C. O que são assentamentos rurais. São Paulo: Brasiliense, 1996. 87 p. (Coleção Primeiros Passos, 301).
- BERGAMASCO, S. M. P. P., FERRANTE, V. L. S. B. No reino da modernização: o que os números do Censo da reforma agrária (não) revelam. In: Os assentamentos de reforma agrária no Brasil. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, p. 170-204.
- FAO/PNUD/MARA Principais Indicadores Sócio-Econômicos dos Assentamentos de Reforma Agrária. Brasília: Ministério da Agricultura e Reforma Agrária, v. 1, 1992.
- FERRANTE, Vera L. S. B. e BERGAMASCO, Sônia M.P.P. - A realidade multidimensional dos assentamentos rurais. Comunicação de pesquisa realizada durante o XVI Encontro Nacional dos Grupos Temáticos do PIPSA, 1992.
- FRANCO, L. G. B. *Caracterização sócio-econômica e tecnológica dos produtores familiares no Assentamento Esmeralda na região oeste do Estado de São Paulo*. Ilha Solteira, 2004. 78p. Dissertação (Mestrado em Agronomia) – Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira, Universidade Estadual Paulista.
- Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo Agropecuário de 1995/96. Rio de Janeiro (RJ): IBGE. Disponível em <http://www.sidra.ibge.gov.br> , acesso em: 03 de junho de 2003.
- Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP) Diagnóstico do Projeto de Assentamento Orlando Molina 2003/2004. Texto não publicado.
- HEREDIA et al. Análise dos impactos regionais da reforma agrária no Brasil. Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, n. 18, p. 73-111, 2002.

- INCRA *Caderno do II PRNA* Disponível em: www.incra.gov.br. Acesso em 20/09/2005(a).
- _____. *Boletim da Reforma Agrária*. Disponível em: www.incra.gov.br. Acesso em 28/10/2005(b)
- INSTITUTO DE TERRAS DO EST. DE S. PAULO Retrato da terra: Perfil sócio-econômico dos Assentamentos do Estado de São Paulo - 96/97. São Paulo: Itesp, 1998, 56 p. (Série Cadernos do Itesp nº 1 / Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania).
- _____. Disponível em www.itesp.sp.gov.br. Acesso em 24/10/2005.
- LEITE, S. et al. *Impactos dos Assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro*. Brasília: IICA/NEAD; São Paulo: Ed. Unesp, 2004. 392p.
- MEDEIROS, L. S., ESTERCI, N. Introdução. In: MEDEIROS et al. *Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: Editora da Unesp, 1994, p.11-26.
- NEVES, D. P. *Assentamento rural: reforma agrária em migalhas*. Niterói (RJ): Eduff, 1997.
- SANT'ANA, A. L. *Desigualdades entre iguais: a diferenciação das unidades familiares do Assentamento São Francisco, em Ribeirão do Pinhal (PR)*. Araraquara, 1996, 203p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista.
- SANT'ANA, A.L., SIMÕES, A.C., TARSITANO, M.A.A. e COSTA, S.M.A.L. Estratégias de comercialização e geração de renda em dois Assentamentos da região de Andradina. In: BERGAMASCO, S.M.P.P.; AUBRÉE, M. e FERRANTE, V.L.S.B. (Orgs.). *Dinâmicas familiar, produtiva e cultural nos assentamentos rurais de São Paulo*. Campinas: FEAGRI/UNICAMP; Araraquara:UNIARA; São Paulo: INCRA, 2003, p. 241-273.
- SIMÕES, A. C. *Assentamentos rurais e estratégias de comercialização: o Projeto Timboré (SP) Ilha Solteira*, 2001. 80p. Trabalho de Graduação (Agronomia) – Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira, Universidade Estadual Paulista.